

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: UM MODELO ALTERNATIVO PARA MELHORIA DO ENSINO NA GUINÉ-BISSAU

ELIA MARIA LEANDRO UANGNA¹; ALIXANDRA RIBEIRO MUNIZ FAGUNDES²; PAULO SÉRGIO DOS REIS CORRÊA³; ANDRESSA IVO AITA⁴(orientadora)

Universidade Federal de Pelotas – leandrouangna@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – xanda.rmf@gmail.com

Universidade Federal e Pelotas – correia.reis@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas (orientadora) – dessaaita@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Guiné-Bissau um pequeno país na Costa Ocidental de África, formado por uma parte continental e uma insular, em sua maioria ocupada pelas ilhas de Bijagós, de Djeta, de Psis e do Como. A sua superfície total é de 36.125 km², sendo limitada, ao Norte, pela República do Senegal, ao Sul e a Leste, pela República da Guiné-Conacri, e a Oeste, pelo Oceano Atlântico. Ambos os países são francófonos, ou seja, antigas colônias francesas.

No âmbito educacional, a Guiné-Bissau enfrenta desafios históricos e estruturais que comprometem significativamente sua qualidade e abrangência. Conforme Uangna (2023), entre os principais entraves destacam-se a precariedade das infraestruturas escolares, a escassez de materiais pedagógicos, a desvalorização dos profissionais da educação e a fragilidade da formação docente. Soma-se a isso a inexistência de uma cultura de gestão participativa nas escolas públicas, o que contribui para o distanciamento entre as instituições educacionais e as comunidades em que estão inseridas, mesmo que a Lei de Base do Sistema Educativo 2010 propõe essa aproximação, ou seja, o modelo de gestão democrática e participativa.

Em contextos marcados por instabilidade política e dependência de ações e recursos provenientes de organismos internacionais como caso guineense, pensar alternativas autônomas e sustentáveis para o fortalecimento do sistema educacional torna-se urgente. Nesse cenário, a gestão democrática e participativa emerge como uma proposta relevante, pois implica a inclusão efetiva de todos os atores da comunidade escolar nos processos decisórios, promovendo maior transparência, corresponsabilidade e apropriação coletiva da escola.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza

qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, cujo objetivo é analisar a gestão democrática e participativa como uma alternativa viável para o fortalecimento do ensino público na Guiné-Bissau. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, considerando a complexidade e a subjetividade que caracterizam os contextos educacionais.

Além da revisão de literatura, realizou-se uma análise documental de relatórios oficiais de organizações internacionais (como a UNESCO, UNICEF e Banco Mundial), bem como de legislações e planos educacionais da Guiné-Bissau, com ênfase no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação. Segundo Cellard (2008), a análise documental permite interpretar discursos e representações presentes nos documentos, oferecendo subsídios para compreender as intenções políticas, as estratégias de gestão e os impactos das decisões governamentais na realidade educacional.

O processo de análise dos dados bibliográficos e documentais foi orientado pelos princípios da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que propõe a categorização temática como estratégia para identificar recorrências, contradições e sentidos atribuídos aos conceitos de gestão democrática, participação e autonomia escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão educacional na Guiné-Bissau encontra-se marcada por inúmeras limitações que comprometem a efetividade do direito à educação e dificultam a implementação de um modelo verdadeiramente democrático e participativo. Tais limitações se expressam em diversos níveis, desde a formulação das políticas públicas até a organização do cotidiano escolar (UANGNA, 2023).

Uma das principais fragilidades observadas é a centralização das decisões no Ministério da Educação, com pouca ou nenhuma autonomia concedida às escolas e às comunidades locais. Essa estrutura hierarquizada dificulta o protagonismo dos gestores escolares, professores, estudantes e famílias no processo decisório, o que vai na contramão do princípio de gestão democrática defendido por Paro (2001) e Veiga (2008).

Além disso, a ausência de financiamento estável agrava ainda mais a precariedade da educação guineense. Segundo dados da UNESCO (2021), a Guiné-Bissau investe um percentual inferior à média recomendada internacionalmente em educação, o que resulta em escolas sem infraestrutura mínima, falta de materiais didáticos, baixa remuneração docente e carência de

formação continuada para os profissionais da educação.

Outro aspecto crítico é a falta de planejamento educacional de longo prazo, muitas vezes substituído por projetos pontuais e desarticulados entre si, com forte dependência de recursos e diretrizes externas. Essa instabilidade se reflete na descontinuidade das políticas e na falta de identidade curricular própria, o que compromete a construção de uma educação contextualizada e comprometida com a realidade sociocultural guineense (LOPES; CABRAL, 2014).

Olhando os dados bibliográficos e documentais se evidencia que o sistema educacional da Guiné-Bissau enfrenta desafios estruturais profundos, muitos deles decorrentes da instabilidade política, da frágil presença estatal e da dependência de organismos internacionais. Como mostram os relatórios da UNESCO (2021) e do Banco Mundial (2022), a maioria das políticas educacionais implementadas no país tem sido financiada e, em grande parte, orientada por agências multilaterais, o que reduz a autonomia local na formulação de políticas públicas educacionais.

Do mesmo modo se evidencia a fragilidade dos mecanismos de controle social e participação comunitária, como conselhos escolares, associações de pais e espaços de diálogo institucional. Na maioria das escolas, esses mecanismos ou não existem, ou funcionam de forma meramente formal, sem efetiva influência nas decisões pedagógicas e administrativas (UANGNA, 2023).

A instabilidade política nacional e os sucessivos períodos de crise institucional impactam diretamente a continuidade e a implementação das políticas educacionais. A falta de compromisso estatal de longo prazo com a educação pública tem deixado um vazio que, frequentemente, é ocupado por organizações internacionais, resultando em uma lógica de dependência que enfraquece a soberania educativa do país.

Assim, superar as limitações da gestão educacional na Guiné-Bissau requer não apenas mudanças estruturais e financeiras, mas também um reposicionamento político e pedagógico, no qual a gestão democrática participativa possa ser efetivamente incorporada como fundamento de uma nova cultura educacional no país.

4. CONCLUSÕES

A gestão democrática participativa, embora desafiante em contextos marcados por instabilidade e carências estruturais, revela-se uma alternativa viável para reconfigurar a educação na Guiné-Bissau. Sua implantação requer formação continuada de gestores e professores, fortalecimento das instâncias participativas e

investimento em políticas públicas que valorizem a autonomia escolar. Trata-se de um caminho possível e desejável para garantir um ensino de melhor qualidade, mais inclusivo e conectado às necessidades da população guineense.

Embora haja reconhecimento, em nível legal e discursivo, da importância da participação comunitária na gestão escolar, a realidade mostra que a democratização da educação ainda é um desafio. A ausência de políticas públicas consistentes e a falta de apoio técnico e financeiro às escolas impedem que a gestão democrática se materialize de forma efetiva.

Contudo, a gestão democrática participativa se apresenta como uma alternativa viável e necessária para a superação desse quadro. Experiências locais demonstram que, mesmo em contextos de grande precariedade, é possível construir processos educativos mais autônomos, críticos e enraizados nas realidades socioculturais das comunidades. Para isso, é essencial que se invista na formação de gestores e docentes, no fortalecimento das instâncias de participação escolar, e na valorização dos saberes e práticas locais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, A; CABRAL, M. E. **Educação e desenvolvimento na África lusófona: desafios e perspectivas**. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

UANGNA, E. M. L. **Guiné-Bissau: uma análise do sistema de gestão na escola pública**. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2023.

UNESCO. **Relatório Mundial de Monitoramento da Educação 2021/2022**. Paris: UNESCO, 2021. Acessado em 13 jul. 2025. Online. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380076>.